



XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

Evento	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2023
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Racismo estrutural, Estado e política fundiária no Brasil: uma análise dos discursos dos ruralistas frente às políticas de regularização fundiária
Autor	GEÓRGIA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS PRATES
Orientador	CAMILA PENNA DE CASTRO

SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UFRGS 2023

Aluna: Geórgia Prates

Orientadora: Camila Penna de Castro

A pesquisa "Racismo estrutural, Estado e política fundiária no Brasil" tem como objetivo identificar as seletividades raciais do Estado brasileiro em relação às políticas de acesso à terra. A partir disso, analisamos as demandas dos setores ruralistas em contraste com as dos povos tradicionais, originários e dos trabalhadores rurais, pretendendo compreender em quais momentos essas reivindicações são selecionadas negativamente ou positivamente pelo Estado e se a seleção é baseada em critérios racistas. O método utilizado foi o da "cartografia de controvérsias", com o propósito de mapear os macro discursos (STANGL, 2016) do "Agro", ou seja, as principais opiniões proferidas nas grandes mídias do agronegócio, em torno da política agrária no Brasil. O mapeamento foi realizado através de uma tabela chamada "Documentos Agro", produzida por bolsistas que adentraram no projeto anteriormente a mim, que contém 464 documentos, vídeos e matérias sobre a disputa fundiária no país e as agendas políticas dos setores relacionados a essas disputas. Também foi realizada uma revisão bibliográfica buscando estudos que explorem a relação entre a "segurança jurídica" (muito presente nos discursos proferidos por representantes do Agronegócio), terra e branquitude. Examinei algumas dessas matérias e vídeos presentes na tabela e realizei um relatório fundamentado no que encontrei nas observações. Até o momento, podemos concluir que houve uma mudança nos discursos da classe ruralista em relação à regularização fundiária e a segurança jurídica dos latifúndios, sendo esta última categoria predominante nas argumentações contrárias às políticas de acesso à terra destinadas aos povos tradicionais, originários e trabalhadores rurais. Percebe-se uma defesa do agronegócio como o responsável pelo avanço econômico no Brasil, colocando os grupos que não se relacionam com a terra da mesma forma como os representantes do atraso, e dessa maneira o Estado teria que assegurar "segurança jurídica" aos latifundiários.